

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA**

GABRIELA CARDOSO DE FARIA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PEDAGOGIA INACIANA:
Interseções que revelam uma educação à frente de seu tempo**

**São Leopoldo
2021**

GABRIELA CARDOSO DE FARIA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PEDAGOGIA INACIANA:
Interseções que revelam uma educação à frente de seu tempo**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Jesuítica, pelo Curso de Especialização em Educação Jesuítica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Vier

São Leopoldo

2021

POLÍTICAS PÚBLICAS E PEDAGOGIA INACIANA:

Interseções que revelam uma educação à frente de seu tempo

Gabriela Cardoso de Faria*

Sabrina Vier**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar a existência de convergência e/ou divergência entre os documentos reguladores das políticas públicas nacionais - BNCC e Novo Ensino Médio – e a Pedagogia Inaciana. Calcado na temática circundante em torno da reformulação do Ensino Médio, este estudo justifica-se pela preocupação em relação à implementação dessa nova política educacional em uma escola de Educação Jesuíta, já que os colégios que constituem tal Rede de Educação possuem princípios peculiares devido à sua organização em torno dos ensinamentos preconizados por Inácio de Loyola. Logo, por intermédio de uma metodologia organizada em torno de uma revisão documental, fez-se a sistematização das referências da literatura relacionadas aos documentos reguladores de políticas educacionais nacionais como a BNCC, o novo Ensino médio e aos documentos e teorias norteadores da Educação Jesuítica em uma instituição de ensino da RJ, a ETE FMC. Os resultados obtidos a partir das análises revelaram pontos convergentes em todos os documentos e em todas as propostas educacionais, sejam das políticas públicas, seja da educação Jesuítica. Tais convergências revelaram interseções teóricas e fundamentadoras de uma educação inovadora - se vista pelo viés da proposta do Novo Ensino Médio – e de tradição – se vista pelo viés da Rede Jesuíta de Educação, visto que aquilo que as políticas públicas trazem como “novo” já é preconizado pelas escolas jesuítas há anos.

Palavras-chave: Pedagogia Inaciana. Políticas Públicas. Novo Ensino Médio. BNCC. Rede Jesuíta de Educação.

1 INTRODUÇÃO

Apresentando-se como um diferencial dos colégios jesuítas, o Projeto Educativo Comum – PEC - é um documento elaborado em torno de uma ressignificação do fazer pedagógico que, em consonância com os princípios da Companhia de Jesus, visa a um compromisso comum assumido por todas as escolas da Rede Jesuíta de Educação - RJ: a formação “da pessoa e para toda

* Graduada em Letras, mestrada em Linguística Aplicada e professora de Língua Portuguesa em uma escola pertencente à Rede Jesuíta de Educação. gabifaria.84@gmail.com.

** Doutora em Linguística Aplicada (UNISINOS), coordenadora do Curso de Letras – Português – Licenciatura EaD (UNISINOS) e professora na Graduação e Pós-Graduação da UNISINOS. sabrinavier@unisinós.br.

a vida” (PEC, p. 37). Para que tal proposta seja efetivada, o trabalho com os alunos deve ser realizado de forma integral, fazendo-os participar e intervir de maneira autônoma na sociedade em que se inserem.

Atrelando esse conceito de autonomia às diretrizes traçadas pela Base Nacional Curricular Comum – BNCC - pode-se deduzir que o documento implementado pelo MEC apresenta uma proposta para a Educação Básica pertinente aos princípios das escolas jesuítas, pois a BNCC prevê o desenvolvimento de competências definidas como

mobilizações de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, p. 8, 2018a).

Nesse íterim, o compromisso com uma educação integral passa a ser o princípio norteador da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa - ETE FMC - e o olhar institucional deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, compreendendo que o ensino é um conjunto de dimensões inter-relacionadas e indissociáveis, ou seja, não há lugar para visões que privilegiem apenas o âmbito cognitivo.

Essa visão institucional diz respeito aos princípios da Educação Inaciana que tem como base o olhar que Inácio de Loyola tinha das coisas, principalmente no que se refere à experiencição, pois, segundo os princípios Inacianos, “a experiência exige análise e avaliação de ideias, raciocínio e sensibilidade em relação às conotações e diferenças das palavras” (KLEIN, 2015, p. 57). Isso significa que a experiência inaciana ultrapassa a compreensão puramente intelectual, e dimensões afetivas do ser humano devem ficar tão implicadas quanto as cognitivas, pois, se o sentimento interno não se alia ao conhecimento intelectual, a aprendizagem não moverá ninguém à ação, ou seja, junto com uma aproximação cognitiva da realidade em questão, o aluno percebe uma reação de caráter afetivo. Diante disso, pode-se dizer que uma Educação Integral faz o aluno aproximar-se da realidade na qual se insere, tornando o ensino amplo e irrestrito.

Sendo, então, a ETE FMC uma escola jesuíta de Ensino Médio, é coerente refletir sobre a maneira como essa Educação Integral pode se dar e, para isso, faz-se necessário considerar que, além da identidade institucional,

uma instituição de ensino deve seguir diretrizes de políticas públicas, visto que tais políticas são as responsáveis pela organização do currículo e da estrutura escolar, por exemplo. Assim, partindo do questionamento de que se há ou não convergência de ideias e de propostas entre as políticas públicas - BNCC e Novo Ensino Médio – e a Pedagogia Inaciana, o presente artigo tem por objetivo investigar, por meios documentais, os pontos convergentes e/ou divergentes existentes entre tais políticas e a Educação Jesuítica. Tal investigação faz-se necessária para que a implementação do Novo Ensino Médio na ETE FMC realize-se por meio de interseções com a Pedagogia Inaciana, fazendo com que a instituição se mantenha fiel aos princípios institucionais e obediente às políticas públicas nacionais.

Para tanto, a pesquisa em questão foi metodologicamente organizada por meio de uma análise dos principais documentos norteadores de criação e de implementação de tais políticas e da identidade institucional da ETE FMC, o PPP (Projeto Político Pedagógico), bem como da literatura que envolve os conceitos da Pedagogia Inaciana e os princípios da Educação Jesuítica na RJE.

Assim sendo, para problematizarmos o questionamento, organizamos o trabalho em três seções. A primeira seção diz respeito ao referencial teórico, que foi organizado de modo a destacar os princípios basilares da BNCC, da instituição ETE FMC e da Educação Jesuítica. Já, na segunda seção, temos a descrição do método aplicado nesta pesquisa e, por fim, na terceira seção, temos as análises dos dados e discussão resultados.

2 CAMINHOS PARA O EXERCÍCIO DE ANÁLISE: procedimentos teóricos

Os documentos oficiais que organizam as políticas públicas tratadas neste trabalho e a literatura que norteia os princípios basilares da RJE serão apresentados nesta seção a fim de que se possa construir um parâmetro analítico entre eles.

2.1 Base Nacional Comum Curricular: a concretização de uma política prevista

Entender a BNCC é, antes de mais nada, entender que políticas educacionais são as ações “planejadas e implementadas pelo governo com o objetivo de organizar, direcionar, fomentar e ampliar o acesso à educação, estabelecer metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo” (GODOY e POLON, 2017, p. 5.). Ao considerar tal contexto, deve-se ressaltar que a intenção de se criar uma base comum de currículo no Brasil não é recente, visto que desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, já se indicava, no artigo 210, a necessidade de se estabelecerem “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum” (BRASIL, 2018c).

No entanto, segundo Corrêa e Morgado (2018), deve-se recordar que o país, mesmo que de forma restrita, já possuiu um currículo nacional durante o período de Ditadura Militar. Tal currículo foi implementado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 5692, de 1971 e, por meio de uma alteração na matriz curricular dos Ensinos Fundamental e Médio, tinha como objetivo padronizar o processo educacional.

Após alguns hiatos nesse contexto de diretrizes para a educação no país, em 1996, com a publicação da LDBEN nº9394/1996, o assunto retorna por meio do Art.º 26º, determinando que

os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 2018b).

A partir disso, a educação deveria passar a ser percebida e tratada de forma plural, contemplando todos os níveis de ensino. Para que isso se concretizasse, outras políticas faziam-se necessárias e, no ano seguinte, em 1997, são implementados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, segundo Corrêa e Morgado (2018), foram responsáveis pela reorientação dos currículos escolares, mesmo sem a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Antes que se completassem dez anos da implementação dos PCN, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13005/2014, foi o responsável pela determinação do ensino fundamental de nove anos para toda a população, com a garantia de que 95% dos alunos estejam com 14 anos ao

final dessa etapa de ensino. Diante dessa determinação, algumas metas e estratégias deveriam ser cumpridas a fim de que os objetivos traçados pelo PNE fossem concretizados. Assim, pela primeira vez, desde a sinalização prevista na Carta Magna, iniciou-se um processo de construção de uma Base Nacional Comum para o currículo educacional do país.

Diante disso, no ano de 2015, iniciou-se o processo de construção da BNCC que, antes de ser homologada em sua terceira versão, em 2017, passou por conselhos educacionais, professores universitários e consultas públicas. Desse modo, pode-se dizer, então que, em síntese, a BNCC é um documento fundamentado na “Constituição Federal, na Lei nº 9.394/1996 (LDB), nas metas e diretrizes definidas no Plano Nacional de Educação (PNE), nas resoluções do CNE e nas metas e diretrizes definidas no Plano Nacional de Educação (PNE)”. (BRASIL, 2018a, p. 1) e, desse modo,

a BNCC tornou-se uma política pública presente em todas as etapas de ensino, pautada em documentos e leis que justificam a inserção de uma formação básica comum e, por esse motivo, foi definida como um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018a, p. 7).

Logo, com um olhar comum para o ensino, a BNCC, enquanto política educacional, propõe uma aprendizagem pautada em dez grandes competências que são definidas como mobilizações “de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2018a, p. 8). Tais definições serão explanadas e aprofundadas na subseção que se segue.

2.2 A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio e o Novo Ensino Médio

O documento oficial de apresentação da BNCC traça caminhos que convergem educação e protagonismo discente, já que as dez¹ competências a serem desenvolvidas ao longo dos anos escolares devem mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores vinculados ao mundo real, à vida cotidiana dos estudantes. A BNCC, ao reconhecer que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2018a, p.12), leva a educação para um viés integral no qual não há mais espaço para um ensino puramente cognitivo, visto que

a sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. (BRASIL, 2018a, p. 19).

Nesse sentido, o compromisso da BNCC é garantir a formação de um sujeito de forma integral, garantindo o desenvolvimento humano global. Esse desenvolvimento global deve ser adquirido por meio da consolidação e do desenvolvimento de competências responsáveis por proporcionar aos alunos subsídios para que eles saibam dominar o processo de aprendizagem, saibam posicionar-se diante das inovações tecnológicas e digitais, saibam aplicar conhecimentos para a resolução de problemas, saibam ser proativos, autônomos e tolerantes diante das diversidades.

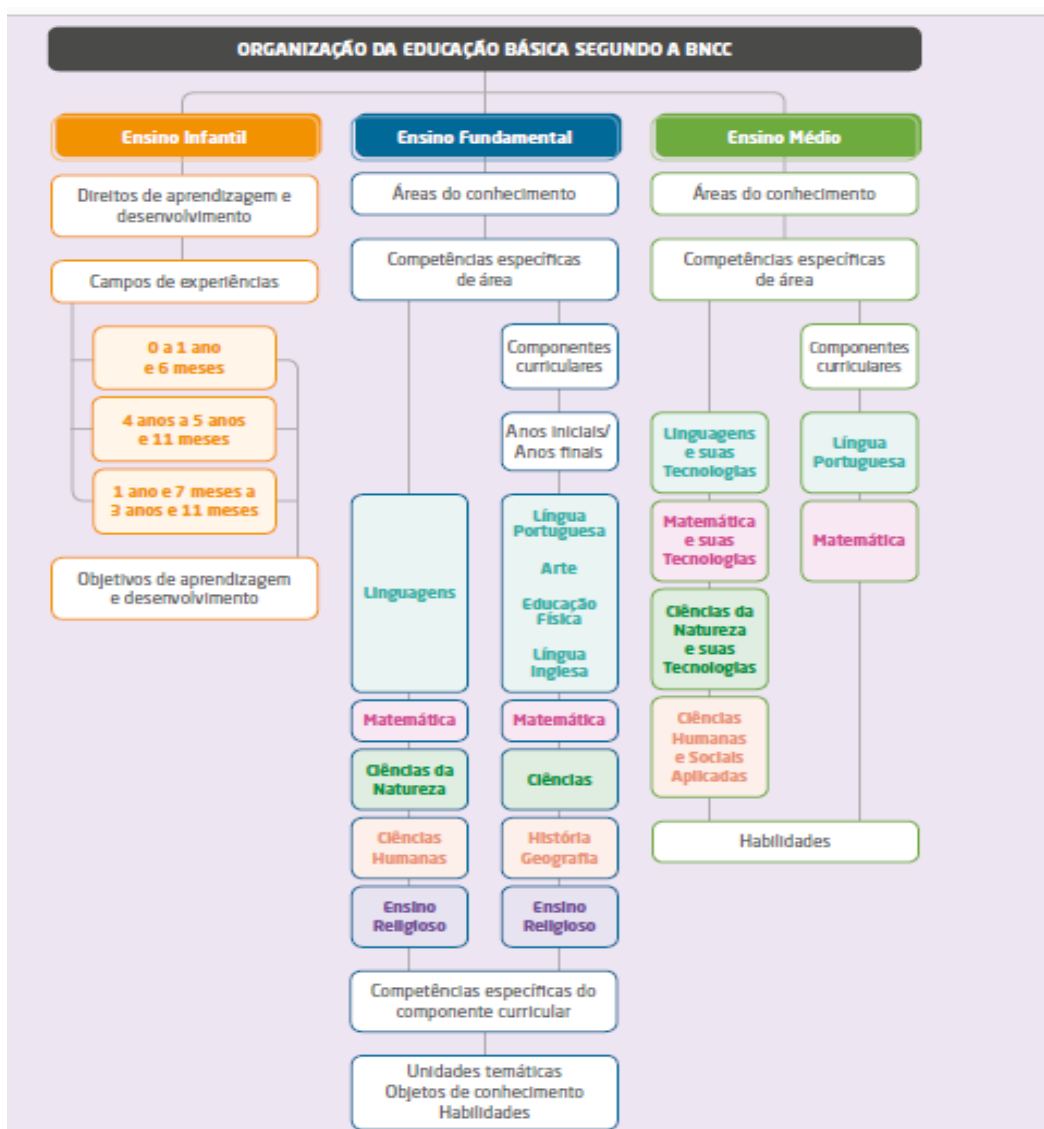
Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (BRASIL, 2018c, p. 10)

Essa superação de fragmentação só é possível pela presença das competências e das habilidades mínimas determinadas pela Base Comum.

¹ Não é objetivo deste trabalho listar as competências gerais da BNCC. Caso haja necessidade de conhecimento basta consultá-las por meio do seguinte endereço: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Todos os níveis de ensino, desde a Educação Básica, devem seguir um currículo mínimo em torno das competências gerais e, dentro de cada nível, há o trabalho detalhado por meio de competências específicas que são articuladas às gerais, conforme apresentado na imagem abaixo:

Figura 1: Competências segundo à BNCC



Fonte: Material do professor moderna

Diante de tal organização, cabe, aqui, destacar, então, a proposta destinada ao Ensino Médio, já que o foco desta pesquisa recai sobre ele. Como se pode observar, os conteúdos do Ensino Médio são organizados em torno de quatro grandes áreas do conhecimento a fim de que a fragmentação do ensino seja substituída pela troca entre as áreas, fazendo com que a proposta de uma

educação integral se cumpra em sua totalidade. Esse formato não fragmentado permite uma integração de conhecimentos com a possibilidade de diferentes propostas metodológicas, como projetos e oficinas capazes de promover a inter e a transdisciplinaridade, dando, ao aluno, uma maior liberdade e, conseqüentemente, propiciando a ele ações que o tornam protagonista do processo de aprendizagem.

Esse protagonismo é a culminância da proposta da BNCC para os anos finais da Educação Básica, chamados de “Novo Ensino Médio”. Esse novo Ensino Médio

pretende atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, visando garantir sua permanência e aprendizagem na escola. Também busca assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e velocidade das transformações que marcam as sociedades na contemporaneidade. (BRASIL, 2018d, p. 3).

Diante disso, por meio de dois componentes - a Formação Geral Básica, garantida pela BNCC, e dos itinerários formativos - os currículos do Novo Ensino Médio darão liberdade e autonomia ao aluno, fazendo-o responsável pelas próprias escolhas, efetivando, assim, o fim de um processo educacional fragmentado.

2.3 Os itinerários formativos

Segundo Brasil (2018d), os itinerários são conjuntos de grupos curriculares a serem ofertados pelas instituições de ensino a fim de que o discente tenha a possibilidade de escolher, conforme seu interesse, algumas áreas do conhecimento para serem aprofundadas. Essa liberdade de escolha visa à preparação do jovem estudante do Ensino Médio para um caminho mais específico em relação à continuidade dos estudos ou para o mundo do trabalho, já que esse novo formato de ensino permite uma escolha, também, para uma formação técnica e profissional, ou seja, há uma flexibilidade curricular disponível aos discentes.

Os objetivos dos itinerários estão vinculados à construção da formação integral do aluno e, por esse motivo, visam a uma integração das competências gerais às áreas do conhecimento e à técnica profissional, a uma consolidação do desenvolvimento da autonomia dos alunos, a uma promoção da incorporação dos valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade e, por fim, a um desenvolvimento estudantil amplo no que tange à visão de mundo.

Nessa perspectiva, o foco de construção dos itinerários pode se dar em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas e, segundo o MEC, tais itinerários são estruturados por meio de quatro eixos: a Investigação Científica, os Processos Criativos, a Mediação e Intervenção Sociocultural e o Empreendedorismo. Essa divisão estrutural objetiva o trabalho de metodologias que sejam capazes de envolver o discente em situações de produção em que o aluno é o agente do processo por meio de criações, empreendimentos e construção de projetos. Isso significa que os estudantes estarão cada vez mais inseridos na realidade contemporânea que os circunda e, por esse motivo, serão capazes de se desenvolver em várias vertentes de formação: a pessoal, a profissional e a cidadã, saindo, assim, do aprender unicamente cognitivo.

Em suma, o Novo Ensino Médio, por meio dos itinerários formativos, representa a culminância de uma política educacional que visa à definição de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica. Tais aprendizagens essenciais calcam o desenvolvimento de habilidades que excedem o aspecto cognitivo do aprendizado, causando, então, a desfragmentação do processo educacional que deixa de ser pautado no ensino de disciplinas isoladas e passa a valorizar uma formação integral definida como

o desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do estudante por meio de processos educativos significativos que promovam a autonomia, o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida. (BRASIL, 2018d, p. 23).

Diante disso, pode-se dizer, então, que esse projeto de vida é o responsável pela orientação do aluno durante os três anos do Ensino Médio, pois é, por meio dele, que o estudante construirá e desenvolverá dimensões de aprendizagem

que fomentem aptidões individuais, cidadãos e profissionais. Logo, junto aos itinerários formativos, as escolas deverão destinar uma parte de carga horária específica para que o projeto de vida seja desenvolvido a fim de que os discentes sejam auxiliados a aprender a se reconhecer como sujeitos inseridos em uma contemporaneidade diversa e heterogênea. Dessa forma, os anos finais da Educação Básica serão os responsáveis pela formação de um sujeito protagonista de seu tempo. Tal protagonismo não é exclusividade desse novo formato educacional preconizado pela BNCC, visto que o conceito de educação integral também pode ser observado nos documentos oficiais que norteiam a Educação jesuítica, conforme informações apresentadas na subseção que se segue.

2.4 Educação Jesuítica: Pedagogia Inaciana e Rede Jesuíta de Educação

Falar sobre a proposta educacional jesuíta é falar, também, sobre o desenvolvimento global do indivíduo. Nesse viés, segundo Klein (2015), a pedagogia Inaciana visa à promoção do desenvolvimento integral da pessoa em aspectos diversos, como o cognitivo, o espiritual religioso e o socioemocional. Tais aspectos, ao serem inseridos em uma metodologia de ensino, fazem com que o sentido da educação seja diferenciado, pois, para que sejam alcançados, precisam ser trabalhados conjunta e integralmente.

Nesse sentido, a pedagogia de Loyola, mesmo tendo sido criada há séculos, é muito atual, pois visa à integração de diferentes realidades em prol de um bem comum – a formação integral de cada indivíduo dentro da comunidade, fazendo com que o aluno seja o centro do processo educativo, ou seja, “a pedagogia Inaciana pauta-se na experiencição” (KLEIN, 2015, p. 15). Para Klein, segundo os princípios de Inácio, o papel educacional deve ser exercido de modo que os estudantes estejam vivendo o ato de aprender. Isso significa que a educação assume um papel social, no qual os alunos são formados para a vida com base em experiências e senso crítico.

Segundo os princípios Inacianos, a experiência exige análise e avaliação de ideias, raciocínio e sensibilidade em relação às conotações e diferenças das palavras, pois, apenas mediante uma compreensão exata do que se está considerando é possível alcançar uma apreciação adequada do seu significado.

Isso significa que a experiência inaciana ultrapassa a compreensão puramente intelectual, e dimensões afetivas do ser humano devem ficar tão implicadas quanto as cognitivas, pois, se o sentimento interno não se alia ao conhecimento intelectual, a aprendizagem não moverá ninguém à ação. Portanto, Segundo Klein (2015), experiência é o desenvolvimento de qualquer atividade em que, junto com uma aproximação cognitiva da realidade em questão, o aluno percebe uma reação de caráter afetivo. Em qualquer experiência, o aluno percebe os dados cognitivamente. À força de perguntar-se, imaginar e investigar seus elementos e relações, o aluno estrutura os dados em uma hipótese.

Tais experiências e criticidade estão diretamente vinculadas ao princípio basilar da Pedagogia de Loyola: a existência de um sujeito. Para a Pedagogia Inaciana, segundo Klein (2015), o sujeito é um ente único, porém multidimensional e, por esse motivo, diferentes fatores interferem em sua educação. Esse olhar para o sujeito multidimensional é o que gere a proposta pedagógica jesuítica, pois, para educar, é necessário ir além, ampliar o olhar e considerar outros ângulos, aspectos ou fatores. Logo, tais alcances só são possíveis por meio de uma Educação Integral, definida como

aquela que será capaz de formar o sujeito em toda sua multidimensionalidade, por meio de um processo contínuo, permanente e participativo que busca desenvolver harmônica e coerentemente todas e cada uma das dimensões do ser humano (ética, espiritual, cognitiva, afetiva, comunicativa, estética, corporal e sócio-política), a fim de alcançar sua plena realização na sociedade. (KLEIN, 2015, p. 27)

Diante disso, os sujeitos das escolas jesuítas são aqueles atuantes nos contextos sócio-político, econômico e religioso da sociedade contemporânea, visto que essa formação integral visa contemplar à preparação de homens e mulheres para a vida e não apenas o sucesso acadêmico. Desse modo, a Pedagogia Inaciana, segundo o PEC, ao considerar as realidades social, ambiental, cultural e tecnológica nas quais o mundo se insere neste início de século, contribui para a formação dos sujeitos protagonistas do meio em que vivem.

Nessa perspectiva, a RJE, guiada pela Pedagogia Inaciana e pela Educação Jesuítica, desenvolve um processo educativo que vai ao encontro dos princípios preconizados por Inácio: o de uma educação baseada na

experenciação. Desse modo, a fim de que as práticas pedagógicas nas instituições da RJE fossem guiadas por meio de um foco na aprendizagem integral e na excelência humana e acadêmica dos estudantes, foi institucionalizado nas escolas da Rede o PEC.

Segundo o texto de aprovação do PEC, o documento foi elaborado para que o trabalho apostólico da Companhia pudesse ser revisto, reposicionado e revitalizado a fim de se construir uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Nesse viés, pode-se dizer que tal documento visa à integração de diferentes realidades em prol de um bem comum – a formação integral de cada indivíduo dentro da comunidade, fazendo com que o aluno seja o centro do processo educativo. No entanto, sabe-se que para a busca de uma integralidade deve-se considerar, primeiramente, as diferenças que constituem as sociedades das quais cada indivíduo faz parte. Assim, o PEC – inserido, comprometido e atrelado às diversidades – foi elaborado com base em alguns desafios diretamente vinculados à realidade latino americana e brasileira.

Considerando as realidades social, ambiental, cultural e tecnológica nas quais o mundo se insere neste início de século, afirma-se que o PEC reconhece, nessa diversidade, desafios a serem vencidos e, por esse motivo, constitui, a partir deles, pressupostos para se alcançar a formação integral. Diante disso, o referido documento evidencia que a formação curricular das Instituições Jesuítas de ensino visa à integração a fim de que vidas sejam transformadas para o bem de uma sociedade. Isso significa que nesse modelo de currículo a dimensão cognitiva não possui peso maior que as demais dimensões necessárias para a formação do indivíduo, sejam elas espirituais, éticas ou afetivas, por exemplo. Dessa forma, com a crença de que seja possível “educar crianças, adolescentes e jovens para que sejam conscientes, competentes, compassivos e comprometidos na construção de um mundo mais justo, fraterno solidário inclusivo e cristão” (PEC, 2016, p. 15), o PEC evidencia que a educação oferecida pelos colégios jesuítas é “inclusiva e pautada em valores éticos e cristãos” (PEC, 2016, p. 15). Assim, o referido documento mostra-se fiel à Identidade Inaciana, visto que os pressupostos que o direciona são pautados nas diversidades e, conseqüentemente, na forma como serão trabalhados os desafios que tais diferenças trazem à sociedade. Logo, ao preocupar-se com questões como a pobreza, o preconceito, os gêneros, a sexualidade, o cuidado

com a Casa comum, as tecnologias digitais e as mídias sociais, percebe-se que a avaliação e a quantificação do aluno não são mais importantes do que a formação espiritual. Diante disso, pode-se afirmar que o PEC representa, então, a Identidade Inaciana, pois deixa evidente que a busca por uma sociedade fraterna e solidária será possível se, por meio do diálogo e do respeito mútuo, os alunos sejam formados pela autonomia e comprometidos com a criação de um mundo mais justo.

Conseqüentemente, esse comprometimento baseado em respeito e em diálogo estende-se para toda a comunidade escolar. Isso significa que uma formação integral pautada na Identidade Inaciana requer uma adequação organizacional entre todos os agentes responsáveis pelo processo educativo nas instituições jesuítas. Essa amplitude educacional vai ao encontro das propostas para o Novo Ensino Médio no que tange às questões que direcionam o aluno para um ensino para a vida. Essa proposta de ensino para a vida faz parte, também, do seio institucional da ETE FMC e, a fim de conhecer essa instituição enquanto parte integrante da RJE, a subseção seguinte apresentará a identidade da escola por meio de seu Projeto Político Pedagógico.

2.5 O Projeto Político Pedagógico da ETE FMC

O texto que abre a Projeto Político Pedagógico (PPP) da ETE FMC traz um resumo das intenções de dos objetivos institucionais enquanto uma escola de Ensino médio inserida na RJE. Segundo o PPP (2020), com a globalização, ocorreram mudanças na comunicação e, com ela, a pluralidade e a propagação de valores culturais que até então eram restritos a alguns grupos ou comunidades. Essa nova articulação e forma de estar e agir no mundo promoveu alguns impactos em instituições, principalmente no que diz respeito à manutenção e à reafirmação de suas identidades. No caso das escolas católicas, tais impactos são ainda mais evidentes, pois há, pelo menos, dois movimentos no interior dessas instituições: o primeiro, apontando problemas, dificuldades, fazendo o eco da desesperança; o segundo, indicando possibilidades, caminhos, construindo o sentimento de esperança. Diante disso, a manutenção e reafirmação identitária enfrenta percalços. Contudo, a nova proposta educacional, trazida pela BNCC, pode contribuir para reduzir a dualidade entre

os dois movimentos encontrados no âmago das instituições católicas, já que as competências contempladas no referido documento excedem o cognitivo e inserem-se no humano.

Nesse sentido, a proposta do PPP da ETE para 2020 foi a de trazer uma reflexão acerca desses dois movimentos em todos os atores envolvidos no processo educativo institucional com o intuito de ressignificar o trabalho realizado e declarar um credo assumido e revelado nas práticas cotidianas da instituição. Segundo o documento, a necessidade de reafirmar a identidade da escola é uma das principais motivações para a elaboração do PPP, que é produzido sob a luz do PEC, do Sistema da Gestão da Qualidade (SQGE) e das Preferências Apostólicas Universais, documentos que asseguram o propósito da Companhia de Jesus em seu carisma, a educação. O PEC, documento lançado em 2016, é o documento mais recente que manifesta a identidade da Rede Jesuíta de Educação e objetiva a consolidação e a intensificação da identidade da RJE, além da implementação e atualização constante da Pedagogia Inaciana.

Diante disso, segundo o PPP (2020), compreender a escola como lugar de educação no sentido pleno do termo é condição de possibilidade para reforçar o senso de finalidade da instituição e, por isso, é indispensável que se tenha clareza dos preceitos que norteiam as ações da ETE FMC enquanto escola pertencente à Rede Jesuíta: a formação integral da pessoa humana. Para tanto, as atividades da instituição serão desenvolvidas, segundo o documento, com a contemplação de três grandes eixos dimensionais - o cognitivo, o socioemocional e o espiritual-religioso.

No entanto, para que tais atividades ocorram há, segundo o PPP (2020), o desafio de estabelecer uma conexão entre discurso e prática educativa a fim de sinalizar e demonstrar os avanços pedagógicos curriculares que se desenvolveram na escola a partir do lançamento do PEC, por meio dos projetos que são desenvolvidos. Assim, conforme o documento do PPP, a ETE FMC, assim como as demais escolas da Companhia de Jesus, constata que a coerência entre discurso e prática não se alcança apenas com declarações de princípios e exortações pedagógicas ao seu cumprimento. Há que assumir, como responsabilidade primeira da instituição, por meio daqueles que a dirigem, a necessidade de colocar os meios para alcançar os fins pretendidos.

Dessa forma, de acordo com o documento, a instituição cria condições e possibilidades para avançar na proposta da formação para além da instrução: os educadores percebem que o trabalho pedagógico em si mesmo é formativo porque, para ser eficaz, deve envolver todas as dimensões da pessoa: a cognitiva, a socioemocional e a espiritual-religiosa. Em consequência, a sala de aula, o espaço escolar em que acontece a maior parte do processo educativo, passa a ser um lugar privilegiado para a educação em valores. A partir daí, a tarefa institucional, antes imposta aos professores e mais ou menos obedecida de forma individual, transforma-se em um desafio coletivo assumido pelos educadores como meta de trabalho. Nasce, então, segundo o PPP, o espaço da criatividade que renova a atmosfera escolar, levando estudantes e professores a redescobrirem a alegria de ensinar e de aprender - o primeiro valor a ser trabalhado para que a pessoa possa estar apta ao contínuo aprimoramento.

Assim, a aposta na possibilidade de estabelecer uma ponte de coerência entre discurso e prática, indicada como primeiro desafio, baseia-se na crença de que a escola também pode ser um espaço de geração de conhecimento legítimo. Dito de outra forma: na escola, é possível teorizar, é possível construir uma compreensão fundamentada na complexidade que caracteriza o mundo contemporâneo e na tarefa educativa em particular. Por esse motivo, o processo de construção ultrapassa os limites cognitivos e expande-se para o espiritual e o social, envolvendo toda a comunidade, criando, assim, um currículo integral.

2.5.1 O Currículo Integral e as dimensões de Ensino segundo o PPP da ETE FMC

A Federação Latino-Americana da Companhia de Jesus, que visa à promoção do modelo inaciano na rede de escolas e organizações da Companhia de Jesus na América Latina e Caribe, indicou, no Programa de Qualidade, três dimensões indispensáveis à promoção de um currículo integral. Com isso, as escolas da RJE comprometem-se a rever seus currículos de modo a contemplar igualmente a dimensão cognitiva (intelectual), a socioemocional e a espiritual-religiosa.

A dimensão cognitiva refere-se à ampliação da capacidade de conceituar, refletir e vivenciar o que se aprende; a necessidade de acessar informações e conhecimentos, de apropriar-se das aprendizagens, confrontar ideias (pensamento crítico), reconstruir conceitos e criar novos saberes (pensamento criativo), transformando-os em experiências. Em outras palavras, essa dimensão fundamenta-se na implementação dos indicadores inicianos (ação, experimentação, reflexão e avaliação), contextualizados no meio ao qual a ETE FMC está inserida. Compõem a dimensão cognitiva os seguintes eixos: aprender; aprender a refletir; aprender a aprender; aprender a experimentar e criar.

A dimensão socioemocional implica a relação do indivíduo consigo mesmo, bem como nas dinâmicas estabelecidas em relação ao outro, apoiando-se em inúmeras teorias – quer sejam psicológicas, sociológicas ou mesmo pedagógicas. São os seis eixos que compõem a dimensão socioemocional: relação consigo mesmo; relação com a família; relação com os pares; relação com a comunidade escolar; relação com a comunidade externa; relação com o novo.

A dimensão espiritual-religiosa visa à articulação entre as dimensões da transcendência e a imanência que, no dinamismo da existência humana, devem ser articuladas de maneira satisfatória a fim de que aconteça o crescimento e amadurecimento da pessoa. Os eixos de tal dimensão são: relação consigo mesmo; relação com os outros; relação com o mundo; relação com Deus.

Segundo o PPP, o processo de reconstrução democrática do plano curricular deve ser dinâmico e necessita de revisão de práticas, de potencialização de ações e de implementação de novas estratégias, com o objetivo de propiciar uma formação deveras integral a seus estudantes, para que eles se desenvolvam de maneira completa por meio de um acompanhamento que atenda as três dimensões. Nesse sentido, cabe conhecer, então, a história institucional de uma escola jesuíta a fim de se entender de que forma essa formação integral se constrói.

2.5.2 Breve histórico da ETE FMC

A Escola Técnica de Eletrônica “Francisco Moreira da Costa”, ETE FMC, fundada em 1959, é pioneira no Brasil para o ensino especializado de eletrônica em nível médio. Idealizada por Dona Luzia Rennó Moreira, Dona Sinhá, por sua vontade expressa, teve a direção confiada aos religiosos da Companhia de Jesus (Jesuítas). A ETE FMC integra-se, portanto, à rede educacional da Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola, em 1540.

Inserida no contexto jesuítico e nas evoluções tecnológicas que surgiam na década de 70, é criada e incubada dentro da ETE FMC a primeira Empresa de base Tecnológica de Santa Rita do Sapucaí, seguida da criação e instalação de outras pequenas e microempresas com atuação nas áreas de eletrônica, informática e telecomunicações, marcando o surgimento do processo de integração Escola-Empresa.

Em 1981, é implantada a Feira de Projetos da ETE – PROJETE e hoje, concebida como uma atividade acadêmica integrante do quadro curricular da Escola, desenvolvida nos laboratórios dos cursos, a PROJETE culmina, a cada ano, em uma apresentação de projetos elaborados sob a orientação dos professores. A feira foi criada pensando no desenvolvimento dos jovens estudantes como pesquisadores e desenvolvedores científicos, visto que isso proporciona a integração entre as instituições de ensino, incentivo à pesquisa e contato com o meio empresarial, possibilitando o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias.

Pode-se afirmar, segundo o PPP da ETE, que a PROJETE é um exemplo relevante e prático da articulação entre a dimensão cognitiva - indispensável para a elaboração dos projetos; a dimensão socioemocional - imprescindível para a dinâmica de grupos a que os estudantes são submetidos ao longo de todo o processo; e a dimensão espiritual-religiosa - já que os projetos elaborados são pensados, necessariamente, para se tornarem alternativas de solução a algum problema percebido na sociedade. Por meio da feira e do seu Centro de Desenvolvimento, a ETE FMC busca aprender a melhor forma de integração Escola-Empresa, num esforço educativo de contextualização da educação profissional e cidadã dos seus estudantes.

Na mesma década de 80, período que marcou o início da feira de eletrônica na escola, o município de Santa Rita do Sapucaí viveu um momento importante de desenvolvimento social e econômico com a criação do Polo

Tecnológico local, um empreendimento para a industrialização do município com o decisivo apoio das escolas locais de formação profissional e de algumas poucas indústrias já existentes. Assim, as atividades desenvolvidas na instituição escolar puderam ser desenvolvidas de forma mais efetiva e prática por todos os alunos.

Já na década de 90, o setor educativo da Ordem elaborou uma edição reformada do método de ensino que deu origem ao Paradigma Pedagógico Inaciano, documento inspirador da educação para as mais de 2.000 Escolas Jesuítas no mundo inteiro que preconiza, entre outras questões, que a relação professor-aluno deve ultrapassar o campo teórico em busca da inserção da prática no ensino – atividade já realizada pela ETE desde anos anteriores.

No ano de 1999, a instituição abriu a primeira turma para o Ensino Médio Regular. A partir desta data, os estudantes ingressantes na escola puderam escolher entre a área técnica e a não técnica. Tal possibilidade de escolha fez nascer na ETE dois cenários educativos com uma mesma missão: ser um espaço em que haja legitimidade do conhecimento e compreensão da complexidade do mundo. Para tanto, a exemplo do trabalho realizado na PROJETE, no ano de 2017, o ensino regular deu início a um projeto que também traria uma articulação entre as três dimensões (cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa). Dessa forma, caminhando em direção à construção de um currículo integral, a ETE inaugurou o projeto “SINU” (Simulação Interna das Nações Unidas) - que consiste em debater temas de relevância internacional, inserir os estudantes no cenário global, além de buscar possíveis soluções para os problemas atuais e históricos.

A SINU envolve um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar com todos os estudantes e professores do ensino médio. As atividades ocorrem em diversas esferas que contemplam, entre outras habilidades, a pesquisa, o desenvolvimento crítico, a organização discursiva e argumentativa, as técnicas textuais com gêneros distintos, a resolução de problemas políticos e sociais, o respeito interpessoal, o trabalho em equipe e a autonomia.

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa é, em relação à natureza, qualitativa, pois, não há preocupação, aqui, com representatividade numérica, mas, sim, com a compreensão e a explicação dos meios social e cultural nos quais os indivíduos se inserem. Isso significa que tal preocupação está centrada, então, em aspectos da realidade que não podem ser quantificados, preconizando a compreensão e a explicação da dinâmica das relações sociais. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Logo, esta análise enquadra-se nessa natureza, visto que as análises terão como foco as intenções educacionais diante de realidades globais (BNCC) e locais (RJE).

Já em relação aos objetivos e meios, a presente pesquisa caracteriza-se como documental, visto que a intenção é descrever, por meio de uma investigação de documentos, os fatos de determinada realidade. Diante disso, este trabalho tem como objetivo sistematizar as referências da literatura relacionadas aos materiais reguladores de políticas educacionais nacionais como a BNCC, o novo Ensino médio e aos documentos e teorias norteadoras da Educação Jesuítica na instituição de ensino ETE FMC. Segundo Severino,

a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Assim, os referenciais utilizados foram selecionados a partir da literatura que envolve a legislação de políticas públicas no país e a partir da análise de publicações de livros que explicam e apresentam a Pedagogia Inaciana e a Educação Jesuítica. Além dessa literatura, o documento de regulamentação de funcionamento institucional da ETE FMC também foi analisado – o PPP. Desse modo, com base em tais referenciais, um exame de um tema sob um novo enfoque será efetivado nesta pesquisa, propiciando, sob inspiração das três etapas analíticas preconizadas por Bardin (pré - análise, análise e tratamento dos resultados), conclusões inovadoras acerca do assunto em discussão.

4 UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A seção anterior criou caminhos para que os procedimentos analíticos pudessem se realizar e houvesse, aqui, uma discussão de resultados. Partindo, então, do objetivo primário desta investigação, deve-se ressaltar, a partir do traçar de caminhos teóricos, a inegável presença de pontos convergentes entre a Educação Jesuítica, a BNCC e a proposta do Novo Ensino Médio. Tais convergências evidenciadas revelam que a Pedagogia Inaciana apresenta-se à frente de políticas públicas nacionais, visto que as propostas educacionais preconizadas por Inácio surgiram há séculos e, diante de mudanças sociais e históricas, foram reformuladas na década de 1980, conforme determinam as “Características da Educação da Companhia de Jesus” (1989).

Nessa perspectiva, vale incluir, então, a ETE FMC, instituição de Ensino Médio pertencente à RJE, que vive, por meio da BNCC, o processo de implementação de uma nova política pública nacional – o Novo Ensino Médio. Tal inclusão é parte das discussões realizadas nesta pesquisa, visto que uma reformulação no ensino poderia trazer consequências à estrutura educacional da instituição, caso não fossem encontradas interseções entre políticas públicas e pedagogia Inaciana. No entanto, a descoberta de que as propostas governamentais já se fazem presentes na instituição permite a afirmação de que, no âmbito pedagógico, a ETE FMC já vive um Novo Ensino Médio.

A pertinência de tal afirmativa recai sobre o profundo estudo documental realizado nesta pesquisa. Em primeira análise, cabe destacar o objetivo de um PPP – o de definir uma identidade institucional. No caso da ETE FMC, tal objetivo recai sobre a necessidade de se construir, enquanto instituição pertencente à RJE, sem excluir as especificidades regionais e locais e sem descumprir as orientações de políticas nacionais, uma escola que visa a uma formação integral.

Essa proposta de formação integral faz-se presente em todos os documentos responsáveis pela construção do PPP da instituição, o que determina uma convergência de ideias. Tal convergência revela, ainda, uma grande interseção entre a Pedagogia Inaciana e a BNCC, colocando a RJE à frente da Base Comum, já que as propostas Inacianas surgiram muito antes das

propostas da Base. Os textos que determinam a intenção de uma educação integral são muito parecidos em todos os documentos, o que revela uma necessidade comum de mudança para a educação. Para a BNCC, a

Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2018a, p. 14).

Já o PEC traz, assim como a BNCC, a busca por um processo educativo que não tenha uma visão racionalista de ensino, ou seja, uma educação integral na qual aprende “a pessoa toda, e não apenas sua dimensão intelectual”. (PEC, P 36). Do mesmo modo, a proposta Inaciana determina que a educação jesuítica tem como objetivo a formação integral por meio de uma

pedagogia que evite esses extremos e ajude nossos alunos a captar uma verdade mais plena, as implicações humanas do que aprendem, precisamente para poderem contribuir mais eficazmente no saneamento da humanidade e na construção de um mundo mais humano e mais divino. (...) A educação jesuíta, portanto, investiga a significação da vida humana e se preocupa com a formação integral de cada aluno como indivíduo pessoalmente amado por Deus. (RJE, 1993, p. 52).

Cada documento, ao ressaltar a importância de uma educação integral, apresenta uma proposta única para a educação: a valorização do processo de aprendizagem por meio de vieses que se somam ao cognitivo, como o socioemocional, por exemplo. Diante desse processo de valorização, outros pontos comuns são verificados entre BNCC, Pedagogia Inaciana e Novo Ensino Médio, como o protagonismo e a autonomia do aluno.

Assim, em segunda análise, trazer as ideias de protagonismo e de autonomia é entender que o aluno deverá, ao longo da vida escolar, ser ativo durante o processo de aprendizagem, ou seja, o ensino integral proporcionará ao discente um crescimento e uma maturidade que serão desenvolvidos por meio de atitudes ativas acionadas pela contemplação de competências e de habilidades contextualizadas e inseridas em realidades socioculturais, políticas, econômicas e emocionais das quais os alunos pertencem. Assim, a BNCC

propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de

vida, (...) visto que, ao compreender o contexto da natureza vivida e apropriada pelos processos socioeconômicos e culturais, os alunos constroem criticidade, fator fundamental de autonomia para a vida fora da escola. (BRASIL, 2018a, p. 365).

Esse projeto de vida, que é parte integrante da proposta do Novo Ensino Médio, também pode ser reconhecido nas propostas da Pedagogia Inaciana, já que “o objetivo da educação jesuíta é ajudar o desenvolvimento mais completo possível de todos os talentos dados por Deus a cada indivíduo como membro da comunidade humana” (RJE, 1993, p. 52). Os talentos dados por Deus dizem respeito, aqui, aos processos de reconhecimento de si mesmo que só serão possíveis por meio de um ensino que valorize a criticidade e a reflexão em conjunto com a cognição – busca pretendida pela educação integral. Assim, tanto para a BNCC e o Novo Ensino Médio quanto para a Educação Jesuítica, o projeto de vida ou os “talentos dados por Deus” são desenvolvidos pela escola quando ela assume um compromisso de educação integral, auxiliando “os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social.” (BRASIL, 2018a, p. 9). Logo, “a ampliação da percepção das possibilidades para o futuro é fundamental para garantir o sucesso na construção de seu Projeto de Vida” (BRASIL, 2018a, p. 9).

Diante disso, entende-se então, que, embora não tragam as mesmas nomenclaturas em determinadas definições, Educação Jesuítica e Novo Ensino Médio apresentam-se coerentes a uma mesma proposta. O Novo Ensino Médio tem o projeto de vida como um meio integrador aos itinerários formativos, que visam à liberdade de escolha do jovem estudante do Ensino Médio para um caminho mais específico em relação à continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho ou para a vida. Já a Educação Jesuítica tem as dimensões de aprendizagem – cognitiva, socioemocional e espiritual religiosa - como um meio necessário para que essa educação integral aconteça. Desse modo, como

os jovens, homens e mulheres, que estudam em um centro educativo da Companhia, ainda não chegaram à plena maturidade; o processo educativo reconhece as etapas evolutivas do crescimento intelectual, afetivo e espiritual e ajuda cada aluno a amadurecer gradualmente em todos esses aspectos. Assim, o currículo é centrado na pessoa antes que na matéria a ser desenvolvida. Cada aluno pode se desenvolver e atingir objetivos em um ritmo adequado à sua capacidade individual e às características de sua própria personalidade. (KOLVENBACH, 1996, p. 31).

Com a inserção de tais dimensões de ensino por meio da construção de um currículo integral, a ETE FMC, inserida na RJE, realiza atividades acadêmicas com os alunos por meio de projetos, tal como se exige a proposta do Novo Ensino Médio. Isso garante à instituição, de forma antecipada, uma coerência entre políticas públicas e pedagogia Inaciana, visto que tais atividades

favorecem a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. (BRASIL, 2018a, p. 466).

Diante disso, conclui-se então, que a ETE FMC trabalha com uma matriz curricular que está além da BNCC há alguns anos, já que a proposta educacional da RJE já preconizava, antes mesmo da reformulação de políticas públicas, uma inserção à grade curricular de componentes necessários para a garantia do ideal da Educação Integral, conforme análise documental realizada.

Nesse sentido, verificou-se, então, que o conhecimento, a matriz curricular e o ensino e aprendizagem da ETE FMC são guiados pelos princípios da Educação Integral que, a fim buscar o desenvolvimento pleno do sujeito, tem o aluno como centro do processo de aprendizagem e, por esse motivo, tem um “currículo que oferece oportunidades para que o conhecimento seja construído de diversas formas, individual e coletivamente.” (PEC, p.46). Essa diversidade de oportunidades criada pela proposta da Pedagogia Inaciana, vai ao encontro da BNCC e das propostas para o Novo Ensino Médio e isso faz da ETE FMC uma instituição que já vive uma realidade ainda distante para outras escolas do país, visto que “nas escolas da Companhia de Jesus, toda a ação educativa converge para a formação da pessoa, enfatizando a necessidade de reconhecer as potencialidades do indivíduo e garantindo o desenvolvimento das dimensões afetiva, espiritual, ética, estética, cognitiva, comunicativa, corporal e sociopolítica”. (PEC, 2016, p.48).

Isso significa que, tanto ação docente quanto processos avaliativos, ultrapassam a compreensão puramente intelectual, e, diante disso, dimensões afetivas do ser humano ficam tão implicadas quanto as cognitivas, pois, se o

sentimento interno não se alia ao conhecimento intelectual, a aprendizagem não move ninguém à ação, ou seja, junto com uma aproximação cognitiva da realidade em questão, o aluno percebe uma reação de caráter afetivo. Diante disso, pode-se dizer que esse modelo educacional em prol de uma Educação Integral faz o aluno aproximar-se da realidade na qual se insere, tornando o ensino amplo e irrestrito. Essa amplitude e essa não restrição também são objetivos traçados pela BNCC, confirmando a convergência existente entre a Pedagogia Inaciana e as políticas públicas nacionais.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a Educação Jesuítica, a BNCC, o Novo Ensino Médio e a ETE FMC propõem um ensino com um olhar em 3D para o indivíduo, de forma que todos os vieses desse sujeito sejam admirados, analisados e utilizados. Dessa forma, as diversas realidades nas quais o mundo se insere neste início de século são postas em evidência e, a partir delas, criam-se pressupostos para que o processo educacional não exclua diversas dimensões de aprendizagem em detrimento do cognitivo, fazendo com que a educação tenha um compromisso com a formação e com o desenvolvimento humano global em todas as suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades educacionais realizadas na ETE FMC mostram-se integradas à realidade do mundo no qual a sociedade contemporânea se insere. Esse fato fez com que, diante de propostas de novas políticas públicas para a educação nacional, surgissem hipóteses acerca da existência ou não de uma convergência entre o que se faz na ETE FMC e aquilo que é proposto pela BNCC.

Nessa perspectiva, a fim de que tais hipóteses se confirmassem, este estudo realizou uma investigação documental por meio da análise de materiais que trouxessem interseções entre Educação Jesuítica, políticas educacionais e instituição pertente à RJE. Assim, com o objetivo de investigar a existência de pontos convergentes e/ou divergentes existentes entre tais políticas e a Educação Jesuítica, o presente trabalho evidenciou que a culminância das propostas educacionais dos jesuítas vai ao encontro da culminância das propostas educacionais nacionais. Isso significa que a ETE, enquanto instituição

de ensino pertencentes à RJE, está ambientada às novas realidades da educação propostas pelas políticas públicas do país. Logo, as interseções necessárias entre políticas públicas e Pedagogia Inaciana para a implementação do Novo Ensino Médio na ETE FMC não são um problema, visto que todos os documentos convergem para um mesmo fim com base em um mesmo princípio: uma educação integral.

Apesar de esse estudo ter se desenvolvido em torno de documentos comuns à RJE, vale ressaltar que ele se restringe a uma única instituição jesuítica – a ETEFMC - e utilizar as análises aqui realizadas para compor um perfil de todas as instituições jesuítas de Educação Básica não seria recomendável. Por esse motivo, diante da limitação institucional que esta pesquisa apresenta, recomenda-se que outros estudos sejam realizados para a verificação de outras interseções existentes entre ações institucionais da RJE e das propostas de políticas públicas nacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018b**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-4-de-17-de-dezembro-de-2018-55640090>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018c**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 18 julho 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referências Curriculares para a elaboração de itinerários formativos**. Brasília. MEC, 2018d.

CORREA, A; MORGADO, J. C. **A construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil: tensões e desafios**. v. 3 (2018): Anais do IV COLBEDUCA - Colóquio Luso-Brasileiro de Educação.

GODOY, Miriam Adalgisa Bedim; POLON; (Organizadoras) **Políticas Públicas na Educação Brasileira**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2017.

KLEIN, Luiz Fernando. **Educação Jesuíta e Pedagogia Inaciana**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

KOLVENBACH, geral. **Características da Educação da Companhia de Jesus**. São Paulo: Loyola, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PEC. **Projeto Educativo Comum**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2016.

PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA. Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa. Santa Rita do Sapucaí. 2020.

REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO. **Pedagogia Inaciana: uma proposta prática**. São Paulo: Loyola, 1993.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.